



**RELATÓRIO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS
A FAVOR DO LIVRO
E DA LEITURA NOS PAÍSES
DE LÍNGUA PORTUGUESA**

PROMOTOR:



PARCEIRO:



FINANCIADOR:



FICHA TÉCNICA

Título: Relatório de Políticas Públicas a Favor do Livro e da Leitura nos Países de Língua Portuguesa: Experiências, Impactos e Possibilidades de Adaptação para a Guiné-Bissau

Coordenação: FEC | Fundação Fé e Cooperação

Redação: Mariana Oliveira Pinto

Edição: FEC | Fundação Fé e Cooperação

Local de Edição: Lisboa

Data de edição: Março de 2026

Tiragem: 100 exemplares

Impressão: Just Print Colours

Data de impressão: Abril de 2026

Depósito legal: 563738/26

Copyright © FEC | Fundação Fé e Cooperação

Esta publicação foi produzida no âmbito do Projeto “Jovens Leitores” com o apoio financeiro do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. e implementada pela FEC | Fundação Fé e Cooperação em parceria com a REPI – Rede de Educadores e Pedagogia Inclusiva. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade da FEC e não reflete necessariamente a posição dos financiadores. A publicação é de distribuição gratuita. A sua venda é proibida.

O projeto “Jovens Leitores” pretende contribuir para a dinamização dos setores da Cultura e da Educação na Guiné-Bissau promovendo a literatura infantojuvenil como veículo de acesso ao conhecimento junto de jovens, agentes educativos, instituições de ensino e autoridades na Guiné-Bissau.

**RELATÓRIO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS A FAVOR DO LIVRO
E DA LEITURA NOS PAÍSES
DE LÍNGUA PORTUGUESA:
EXPERIÊNCIAS, IMPACTOS
E POSSIBILIDADES DE
ADAPTAÇÃO PARA
A GUINÉ-BISSAU**

FEC FEC
FEC FEC

Índice

RESUMO	6
1. INTRODUÇÃO	6
1.1. Objetivos do Levantamento	6
1.2. Questões Orientadoras	6
2. METODOLOGIA	7
3. ESTRUTURA ANALÍTICA	8
4. LIMITAÇÕES	8
5. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E REGIONAL	8
5.1. Importância Estratégica de Políticas Integradas	8
5.2. Recomendações Internacionais: UNESCO e ADEA	8
5.3. Tendências Regionais em África	9
5.4. Cooperação entre Portugal e PALOP	9
6. ANGOLA: POLÍTICA NACIONAL E PLANO NACIONAL DE LEITURA	10
6.1. Quadro Formal e Instrumentos Estratégicos	10
6.1.1. Política Nacional do Livro	10
6.1.2. PLANALEITURA 2024–2027	10
6.2. Desafios na Implementação	11
6.3. Papel de ONG e Parceiros Internacionais	11
6.4. Síntese Angola	11
7. MOÇAMBIQUE: ENQUADRAMENTO CULTURAL E PAPEL DAS ONG	12
7.1. Quadro Institucional e Legal	12
7.2. Iniciativas Dispersas e Papel Central das ONG	13
7.3. Desafios Estruturais	13
7.4. Síntese Moçambique	13

8. GUINÉ-BISSAU	14
8.1. Diagnóstico do Quadro Atual	14
8.1.1. Ausência de Política Formal	14
8.1.2. Constrangimentos Institucionais e Financeiros	15
8.2. Projetos Recentes para Melhorar Alfabetização	15
8.3. Potencialidades e Capitais Sociais Existentes	15
8.4. Lacunas Críticas e Recomendações Preliminares	16
9. CABO VERDE E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	17
9.1. Cabo Verde	17
9.2. São Tomé e Príncipe	17
10. ANÁLISE COMPARATIVA E TENDÊNCIAS REGIONAIS	18
11. IMPACTOS E APRENDIZAGENS TRANSVERSAIS	19
12. RECOMENDAÇÕES ESTRUTURADAS PARA A GUINÉ-BISSAU	20
12.1. Recomendações de Curto Prazo	20
12.2. Recomendações de Médio Prazo	20
13. CONCLUSÕES	22
14. PERSPETIVAS FUTURAS	23
ANEXO A – MODELO DE DIAGNÓSTICO NACIONAL	24
ANEXO B – INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO	25
REFERÊNCIAS	26

Resumo

O presente relatório constitui uma análise comparativa das políticas públicas relacionadas com o livro e a leitura implementadas nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) — Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, com objetivo de identificar experiências relevantes, avaliar impactos documentados e propor linhas de ação adaptadas ao contexto específico da Guiné-Bissau.

O relatório conclui que, embora exista grande diversidade de situações entre os países analisados, é possível identificar tendências comuns de fragilidade nas cadeias de produção e distribuição do livro, desigualdade territorial de acesso à leitura e forte dependência de financiamento externo. Simultaneamente, todas as experiências demonstram que organismos de cooperação internacional, ONG, instituições de ensino superior e redes comunitárias desempenham papéis complementares e essenciais na promoção de uma cultura leitora, especialmente onde políticas públicas formais são ainda incipientes.

Para a Guiné-Bissau, o relatório recomenda o desenvolvimento de uma Estratégia Nacional do Livro e da Leitura fundamentada num diagnóstico participativo, a constituição de um quadro institucional que reconheça e potencie as iniciativas já existentes, a integração de políticas linguísticas e educativas, e a criação de mecanismos realistas de financiamento e monitorização.

1. Introdução

A leitura e o acesso ao livro são direitos humanos fundamentais e vetores essenciais de desenvolvimento educacional, cultural e cívico. A UNESCO e outras organizações multilaterais sublinham que políticas integradas do livro e da leitura são determinantes para garantir acesso equitativo a materiais de qualidade, fortalecer a literacia e contribuir para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em particular o ODS 4 - Educação de Qualidade (UNESCO, 2020). A evidência interna-

cional demonstra que políticas públicas consistentes neste domínio estão associadas à melhoria das competências de literacia, ao desempenho escolar em múltiplas áreas curriculares, à redução das desigualdades educativas e ao fortalecimento da participação cívica e cultural (UNESCO, 2023; UNESCO, 2024).

Nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), estas políticas assumem uma relevância acrescida. Os sistemas educativos enfrentam desafios persistentes relacionados com acesso desigual a materiais de leitura, fragilidade das cadeias de produção e distribuição do livro, assimetrias territoriais marcadas e capacidade institucional limitada (ADEA, 2021). Paralelamente, observa-se um forte dinamismo de organizações da sociedade civil e de projetos de cooperação internacional que, em muitos casos, compensam a ausência ou fragilidade de políticas públicas estruturadas (UNESCO, 2022). Assim, apesar das dificuldades, têm surgido iniciativas públicas, comunitárias e internacionais que demonstram o compromisso com a criação de ambientes mais favoráveis à leitura e à formação de leitores.

1.1. OBJETIVOS DO LEVANTAMENTO

1. Mapear o quadro político-institucional que enquadra o livro, a leitura e a literacia em cada país analisado, identificando políticas formais, planos nacionais, instrumentos normativos e iniciativas estratégicas.
2. Analisar experiências positivas e lições aprendidas, documentando impactos observáveis ou reportados na produção editorial, acesso ao livro, promoção de hábitos de leitura e qualidade da educação básica.
3. Avaliar fatores de sucesso e constrangimentos à implementação de políticas do livro e da leitura, incluindo dimensões governativas, financiamento, coordenação interinstitucional e participação da sociedade civil.
4. Extrair aprendizagens transferíveis que possam enformar o desenho de uma Estratégia Nacional do Livro e da Leitura para a Guiné-Bissau.
5. Fundamentar argumentos sobre a relevância estratégica do investimento público em políticas do livro e literatura para o desenvolvimento humano, educacional e cultural.

1.2. QUESTÕES ORIENTADORAS

O levantamento realizado foi guiado pelas seguintes questões:

- Que políticas, planos, programas e instrumentos formais relativos ao livro e à leitura foram adotados nos PALOP nos últimos anos?
- Que impactos (diretos ou indiretos) são atribuíveis a estas políticas em relação à expansão de bibliotecas, à qualidade da leitura escolar, ao desenvolvimento de literacia infantil e juvenil, ou ao fortalecimento do setor editorial?
- Que fatores parecem explicar o relativo sucesso ou fracasso na implementação, execução e impacto dessas políticas?
- Que dimensões destas experiências podem ser realista e eficazmente adaptadas ao contexto institucional, linguístico, económico e social da Guiné-Bissau?
- Como pode a política do livro e da leitura ser posicionada como investimento estratégico em desenvolvimento humano e capital social?

- Global Book Alliance (recursos e enquadramentos metodológicos);
- IIEP/UNESCO Planipolis (repositório oficial de planos e políticas educativas nacionais).

c) Literatura académica

- teses e dissertações (com destaque para diagnósticos nacionais de políticas culturais e educativas);
- artigos científicos sobre literacia, políticas culturais e promoção da leitura em África;
- estudos comparativos sobre políticas do livro e leitura.
- Iniciativas da sociedade civil e cooperação internacional
- programas reconhecidos por organismos internacionais (ex.: prémios UNESCO de literacia);
- projetos reportados por entidades governamentais ou multilaterais;
- iniciativas com documentação pública e institucional.

2. Metodologia

Este relatório resulta de uma análise comparativa qualitativa de políticas públicas do livro e da leitura nos PALOP. A metodologia assentou na triangulação de quatro grandes categorias de fontes:

a) Documentação normativa e programática nacional

- políticas nacionais do livro, da leitura ou da cultura;
- planos nacionais de leitura e documentos de consulta pública;
- estratégias e planos nacionais de educação e desenvolvimento; legislação relativa a bibliotecas, direitos de autor e cultura.

b) Relatórios institucionais internacionais

- UNESCO (Policy Monitoring Platform, relatórios globais de políticas culturais, relatórios sobre indústria do livro em África);
- ADEA (Association for the Development of Education in Africa), incluindo o National Book and Reading Policies Toolkit;



3. Estrutura Analítica

O relatório utiliza uma estrutura comparativa que:

1. Apresenta um enquadramento internacional e regional sobre a importância de políticas integradas do livro e da leitura.
2. Analisa cada país individualmente, segundo um esquema comum que inclui: quadro formal e institucional, iniciativas principais, desafios na implementação, e papel de ONG e parceiros internacionais.
3. Sintetiza tendências regionais comparativas, identificando padrões comuns e diferenças significativas.
4. Dedicar uma secção específica à Guiné-Bissau, analisando em profundidade o seu quadro atual, desafios específicos e indicadores de alfabetização.
5. Apresenta recomendações estruturadas por horizontes temporais (curto, médio e longo prazo), dirigidas a decisores, educadores e parceiros de cooperação.

4. Limitações

Este estudo reconhece as seguintes limitações:

- A disponibilidade de informação sistemática e comparável varia significativamente entre países, sendo frequentemente escassa para a Guiné-Bissau.
- A ausência de dados quantitativos consolidados (número de títulos publicados, tiragens, frequência de uso de bibliotecas, níveis de literacia por país) limita a possibilidade de avaliações de impacto mais rigorosas.
- O acesso a relatórios de avaliação de projetos de algumas ONG e iniciativas comunitárias é limitado ou não-público, reforçando dependência de relatos secundários.
- A análise baseia-se numa síntese de conhecimento publicado e documentos acessíveis, não tendo incluído entrevistas diretas com decisores, técnicos ou beneficiários em cada país.

5. Enquadramento Internacional e Regional

5.1. IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DE POLÍTICAS INTEGRADAS DO LIVRO E DA LEITURA

Organismos internacionais especializados reconhecem que políticas nacionais integradas do livro e da leitura são instrumentos essenciais para (UNESCO, 2020):

- Garantir acesso equitativo a materiais de leitura de qualidade, atualizados e relevantes culturalmente, especialmente em contextos de desigualdade de acesso.
- Fortalecer a literacia em sentido amplo, não apenas a capacidade técnica de ler, mas a competência de compreender, interpretar, questionar e utilizar informação de forma crítica ao longo da vida.
- Promover desenvolvimento educacional de qualidade, na medida em que a leitura diversificada e significativa contribui para o desenvolvimento de competências transversais: pensamento crítico, criatividade, comunicação, resolução de problemas.
- Fortalecer cidadania e direitos humanos, na medida em que o acesso a livros e cultura leitora sustentam a capacidade de participação cívica, debate público informado e exercício de direitos.
- Valorizar identidades culturais e memórias coletivas, especialmente em sociedades plurilingues e pós-conflito, onde a literatura local contribui para reconhecimento e coesão social.
- Estimular economia criativa e emprego, na medida em que a cadeia do livro (edição, distribuição, venda, mediação, bibliotecas) envolve múltiplos atores económicos e oportunidades de emprego.

5.2. RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS: UNESCO E ADEA

A UNESCO, através da sua plataforma de monitorização de políticas culturais e educativas, recomenda que políticas nacionais do livro e da leitura:

1. Articulem produção editorial local com políticas de educação, garantindo que manuais escolares

sejam complementados por materiais de leitura diversificados, em línguas apropriadas e culturalmente relevantes.

2. Integrem redes de bibliotecas — escolares, públicas e comunitárias — com capacidades técnicas, acervos atualizados, programas de mediação de leitura, e acesso a formatos múltiplos (impressos, digitais, áudio).

3. Promovam leitura ao longo da vida, não apenas em contexto escolar, mas em bibliotecas públicas, programas comunitários, famílias e instituições de educação de adultos.

4. Valorizem línguas nacionais e locais, reconhecendo que a produção literária em línguas da comunidade é fundamental para relevância cultural e eficácia pedagógica.

5. Envolvam múltiplos atores: governos, ministérios de educação e cultura, bibliotecas, escolas, editoras, ONG, universidades e redes comunitárias, numa lógica de responsabilidade partilhada.

A ADEA (Association for the Development of Education in Africa), em colaboração com a Global Book Alliance, desenvolveu um “Toolkit” de Políticas Nacionais do Livro e da Leitura (ADEA & Global Book Alliance, 2021) que fornece orientações práticas para:

- Realizar diagnósticos nacionais sistemáticos das necessidades, atores e infraestruturas[3].
- Definir prioridades baseadas em contextos específicos (urbano vs. rural, recursos disponíveis, população-alvo).
- Mapear stakeholders e definir papéis e responsabilidades.
- Desenhar instrumentos de políticas (leis, decretos, planos operacionais, mecanismos de financiamento).
- Criar sistemas de monitorização e avaliação.

Este toolkit tem sido amplamente utilizado em processos de formulação e revisão de políticas em vários países africanos, constituindo referência importante para os PALOP (UNESCO, 2023).

5.3. TENDÊNCIAS REGIONAIS EM ÁFRICA

Estudos regionais recentes sobre indústria do livro em África identificam tendências comuns que caracterizam o contexto dos PALOP [2]:

1. Fragilidade de cadeias de produção e distribuição: A maioria dos países africanos carece de infraestruturas robustas de impressão, distribuição e venda de livros, resultando em oferta limitada, custos elevados e dificuldade de acesso, especialmente em zonas rurais.

2. Dependência de importações: Muitos países importam a maioria dos livros, especialmente em língua portuguesa ou inglesa, em vez de promover produção editorial endógena.

3. Desigualdade territorial extrema: O acesso ao livro concentra-se em grandes centros urbanos (capitais, cidades principais), com escassez acentuada em zonas rurais, periferias e regiões remotas, agravando desigualdades educacionais.

4. Limitação de recursos públicos: Orçamentos para educação e cultura são frequentemente insuficientes para investimentos em bibliotecas, acervos, formação de mediadores e programas de promoção de leitura.

5. Importância das ONG e cooperação internacional: Na ausência de políticas estatais robustas, ONG nacionais e internacionais, universidades e agências de cooperação funcionam como atores essenciais na criação de ambientes de leitura, formação de mediadores e inovação em literacia.

5.4. COOPERAÇÃO ENTRE PORTUGAL E PALOP

A cooperação bilateral entre Portugal e os PALOP tem sido um vetor importante no apoio ao desenvolvimento educacional e cultural, incluindo iniciativas relacionadas com o livro e a leitura[4]. Exemplos incluem:

- Programas de formação de professores em ensino da leitura e escrita, frequentemente implementados em parceria com institutos politécnicos e universidades portuguesas (como o IPSetúbal e o ISCTE-IUL).
- Projetos de produção e circulação de materiais didáticos, com objetivo de melhorar a qualidade e relevância dos recursos disponíveis.
- Apoio a bibliotecas nacionais e escolares, incluindo doação de acervos, formação de bibliotecários e apoio a infraestruturas.
- Participação em redes internacionais de educadores, investigadores e profissionais da leitura, facilitando acesso a boas práticas e conhecimento.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), mediante as suas estruturas e mecanismos

de cooperação, tem também promovido diálogos e intercâmbios sobre políticas culturais e educativas entre os seus membros.

6. Angola: Política Nacional e Plano Nacional de Leitura

6.1 QUADRO FORMAL E INSTRUMENTOS ESTRATÉGICOS

Angola apresenta o enquadramento mais estruturado entre os PALOP no domínio do livro e da leitura. Destacam-se a Política Nacional do Livro e da Promoção da Leitura, publicada pela Biblioteca Nacional de Angola e pelo Ministério da Cultura, e o Plano Nacional de Leitura 2024–2027 (PLANALEITURA), aprovado por decreto presidencial (Biblioteca Nacional de Angola, 2024; Presidência da República de Angola, 2024).

Distingue-se entre os PALOP pela existência de instrumentos formais claros relativos ao livro e à leitura. Estes instrumentos definem objetivos estratégicos como a promoção do gosto pela leitura, o reforço das bibliotecas públicas e escolares, o apoio à edição nacional, a formação de mediadores de leitura e a proteção dos direitos de autor, em consonância com orientações internacionais para políticas integradas do livro (ADEA, 2021; UNESCO, 2023).

6.1.1. Política Nacional do Livro e da Promoção da Leitura

A Biblioteca Nacional de Angola e o Ministério da Cultura divulgaram uma “Política Nacional do Livro e da Promoção da Leitura”, que constitui o primeiro enquadramento setorial formal no contexto dos PALOP[5]. Este documento define objetivos e eixos estratégicos para:

- Apoio à edição nacional: Incentivos e suporte a autores, editoras locais e pequenos editores, com objetivo de fortalecer a produção editorial endógena.
- Reforço de bibliotecas: Expansão e modernização

de bibliotecas públicas e escolares, com melhoria de acervos, equipamentos e serviços.

- Formação de mediadores: Capacitação de professores, bibliotecários e outros mediadores de leitura, através de programas de formação contínua.
- Proteção de direitos de autor: Regulação legal e reforço de direitos de propriedade intelectual, fundamental para sustentar o setor editorial.
- Promoção de leitura em contextos comunitários: Programas de incentivo à leitura no âmbito familiar, comunitário e recreativo.

6.1.2 Plano Nacional de Leitura 2024-2027 (PLANALEITURA)

Em abril de 2024, o Ministério da Educação de Angola submeteu à consulta pública o “Plano Nacional de Leitura 2024-2027” (PLANALEITURA), que representa uma evolução significativa na formalização de políticas de leitura[6]. O plano tem como objetivo geral: “Promover o gosto e o hábito pela leitura e pela escrita, facilitando o acesso da comunidade escolar a recursos bibliográficos e estimulando a análise e a crítica literária”[6].

Componentes principais do PLANALEITURA:

1. Eixo Escolar: Ações específicas nas escolas, incluindo:

- Constituição e reforço de bibliotecas escolares.
- Programas de leitura orientada e livre em salas de aula.
- Concursos de leitura a nível escolar, municipal e nacional.
- Formação de docentes em didática da leitura.

2. Eixo Comunitário: Extensão de programas de leitura a bibliotecas públicas, espaços comunitários e família:

- Clubes de leitura comunitários.
- Programas de leitura para adultos e educação de adultos.
- Promoção de leitura em espaços públicos.

3. Eixo Editorial: Articulação com editoras locais e nacionais:

- Identificação de obras adequadas para recomendação em escolas.
- Parcerias com editoras para disponibilização de acervos.

Apoio a projetos editoriais centrados em literatura infantil e juvenil.

4. Eixo de Mediação e Capacitação:

Formação de professores, bibliotecários e mediadores comunitários.

Desenvolvimento de recursos didáticos e orientações pedagógicas.

Criação de redes de mediadores de leitura.

5. Eixo de Monitorização e Avaliação:

Definição de indicadores de acompanhamento (número de leitores, frequência de uso de bibliotecas, títulos circulados, entre outros).

Relatórios anuais de progresso.

6.2. DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO

Apesar da existência de uma política nacional e de um plano ambicioso, a implementação enfrenta desafios estruturais significativos:

- Fragmentação institucional e coordenação fraca: A implementação da política do livro envolve múltiplos ministérios (Educação, Cultura, Administração Estatal) e instituições (Biblioteca Nacional, escolas, bibliotecas públicas), cuja coordenação é frequentemente deficiente. Faltam mecanismos formais de articulação e responsabilização.
- Concentração de recursos em grandes centros urbanos: As bibliotecas, livrarias e iniciativas de promoção de leitura concentram-se em Luanda e outras cidades maiores, deixando zonas rurais e periferias com acesso muito limitado. Esta desigualdade territorial compromete a universalidade da política.
- Constrangimentos orçamentais: O financiamento para implementação de planos de leitura é frequentemente insuficiente, limitando capacidades de aquisição de livros, formação de mediadores, construção de infraestruturas e marketing.
- Fragilidade das cadeias de distribuição: Apesar de existirem editoras em Luanda, as estruturas de distribuição para cidades do interior e zonas rurais são fracas, limitando circulação de livros e acesso público.
- Capacidades técnicas limitadas: Bibliotecários, mediadores de leitura e técnicos de educação frequentemente carecem de formação especializada em gestão de bibliotecas modernas, promoção de leitura e avaliação de impacto.
- Falta de transparência em métricas e resultados: Apesar de definidas metas no PLANALEITURA, não

há comunicação clara sobre orçamento alocado, responsabilidades institucionais específicas, indicadores concretos de sucesso ou relatórios públicos de progresso.

6.3. PAPEL DE ONG E PARCEIROS INTERNACIONAIS

Para além das iniciativas governamentais formais, ONG e parceiros internacionais implementam programas complementares que contribuem para concretizar as metas da política nacional:

6.3.1 Programas de Literacia Escolar

Organizações como Teaching at the Right Level Africa (TaRL Africa) implementam programas focados em melhorar as competências básicas de leitura entre crianças em idade escolar, frequentemente em colaboração com o Ministério da Educação[7]. Estes programas:

- Utilizam metodologias comprovadas para diagnosticar e colmatar lacunas de literacia.
- Oferecem formação a professores em técnicas de ensino adaptadas.
- Criam grupos de apoio dentro e fora de escolas.
- Documentam progressos e geram evidência sobre eficácia.

6.3.2. Apoio a Infraestruturas

Agências de cooperação internacional (bilaterais e multilaterais) financiam construção e reabilitação de bibliotecas escolares e públicas, doação de acervos, formação de bibliotecários e implementação de sistemas de gestão de bibliotecas.

6.3.3. Inovação em Produção Editorial

Iniciativas de micro-editoras e programas de apoio a autores locais, frequentemente apoiados por fundações e ONG, contribuem para diversificar a produção editorial nacional, especialmente em literatura infantil e juvenil.

6.4. SÍNTESE | ANGOLA

1. A existência de um quadro formal setorial (política nacional + plano nacional de leitura) aumenta significativamente a visibilidade do tema na agenda política e facilita a mobilização de parceiros e recursos.
2. A formalização não é garantia de implementação efetiva: Sem mecanismos claros de governança, orçamentos dedicados, responsabilidades específicas e sistemas de monitorização, políticas correm o risco

de permanecerem sobretudo documentos programáticos.

3. A articulação entre Estado, escolas, bibliotecas e ONG é crítica: Iniciativas isoladas têm impacto limitado; o sucesso exige coordenação entre múltiplos atores, com papéis claros e financiamento consistente.

4. A leitura deve ser vista como investimento estruturante: Quando integrada em estratégias de educação de qualidade e desenvolvimento humano, ganha prioridade orçamental e política.

Ao contrário de Angola, Moçambique não possui uma política nacional formal e específica para o livro e a leitura que articule produção editorial, distribuição, bibliotecas e promoção de leitura. Esta lacuna significa que:

- Investimentos públicos em livro e leitura carecem de enquadramento estratégico claro.



7. Moçambique: Enquadramento Cultural e Papel das ONG

- Responsabilidades institucionais são ambíguas.
- Falta uma articulação programada entre escolas, bibliotecas, editoras e comunidades.
- Iniciativas tendem a ser dispersas e dependentes de oportunidades de financiamento externo.

7.1. QUADRO INSTITUCIONAL E LEGAL

Moçambique possui um enquadramento legal cultural mais antigo, mas carente de modernização no domínio específico do livro e da leitura.

A Resolução n.º 12/1997 do Conselho de Ministros de Moçambique constitui um documento histórico de referência que define princípios e objetivos de política cultural. Contudo, este documento é anterior às transformações tecnológicas, ao crescimento digital e aos desafios contemporâneos de acesso equitativo ao livro.

Num contexto de ausência de política pública específica, a promoção da leitura em Moçambique é fortemente impulsionada pela sociedade civil e pela cooperação internacional. Destacam-se iniciativas com reconhecimento institucional e internacional, como os programas desenvolvidos pela Right To Play, que promovem clubes de leitura e formação de voluntários comunitários (Right To Play, 2024).

A Associação Progresso, em parceria com a organização CODE, implementa programas de literacia em línguas locais e em português, tendo sido reconhecida com o King Sejong Literacy Prize da UNESCO, o que constitui evidência internacional de impacto e boas práticas (CODE, 2025; UNESCO, n.d.). A organização AIDGLOBAL desenvolve projetos de bibliotecas comunitárias e promoção da leitura em contextos rurais, com documentação pública que evidencia alcance territorial e continuidade das ações (AIDGLOBAL, 2023).

7.2 INICIATIVAS DISPERSAS E PAPEL CENTRAL DAS ONG

Apesar da ausência de uma política formal integrada, Moçambique conta com numerosas iniciativas comunitárias, educacionais e de ONG que promovem leitura e literacia:

7.2.1. Clubes de Leitura e Bibliotecas Comunitárias

A organização Right To Play implementa programas de leitura em múltiplos distritos de Moçambique[8], incluindo:

- Criação de dezenas de clubes de leitura em comunidades rurais e urbanas.
- Formação de voluntários comunitários como mediadores e facilitadores de leitura.
- Utilização de metodologias lúdicas e baseadas em brincar, apropriadas para desenvolvimento infantil.
- Alcance de milhares de crianças com apoio ao desenvolvimento de competências de leitura e numeracia.

7.2.2. Programas de Literacia

A Associação Progresso trabalha em parceria com a organização canadiana CODE no âmbito do programa “BETTER Mozambique”, reconhecido pela UNESCO por seus contributos para[9]:

- Promoção da leitura em línguas locais: Produção e distribuição de materiais de leitura em línguas moçambicanas (Changana, Ronga, Macua, entre outras), aumentando relevância cultural e acessibilidade.
- Desenvolvimento de materiais didáticos contextualizados: Criação de recursos educativos baseados em conhecimentos, histórias e contextos locais, que dialogam com experiências de crianças e famílias.
- Melhoria da qualidade de educação, particularmente em contextos rurais com poucos recursos, através de apoio integrado a escolas, professores e comunidades.

7.2.3. Bibliotecas em Comunidades Rurais

A organização AIDGLOBAL dinamiza atividades como “Viagens pela Leitura” em distritos como Chibuto, através das quais:

- Cria ambientes de leitura atraentes em escolas e comunidades rurais.
- Promove a aproximação de crianças e famílias ao livro e à leitura.

- Desenvolve programas de formação de professores em mediação de leitura.

- Articula-se com autoridades locais e escolas para sustentabilidade das iniciativas[10].

7.3 DESAFIOS ESTRUTURAIS

O contexto de Moçambique apresenta desafios significativos que limitam expansão de uma cultura leitora:

1. Custos elevados de produção editorial: A impressão de livros em Moçambique é cara, resultando em preços elevados que limitam acesso popular. Importação de livros estrangeiros também encarece o custo final.
2. Mercado interno restrito: O mercado potencial de leitores é limitado por níveis ainda baixos de literacia, poder de compra reduzido e competição de meios alternativos (rádio, televisão, telemóvel).
3. Fragilidade das cadeias logísticas: A distribuição de livros a partir de Maputo para as províncias enfrenta limitações de infraestruturas rodoviárias, transporte e armazenamento.
4. Escassez de materiais em línguas locais: Apesar de alguns avanços (como os programas de BETTER Mozambique), a maioria dos livros disponíveis está em português, reduzindo acessibilidade e relevância para comunidades de língua predominantemente Bantu.
5. Dependência de financiamento externo: Iniciativas de ONG são altamente dependentes de financiamento internacional; quando projetos terminam, descontinuidade é frequente, salvo se houver apropriação local e cofinanciamento estatal.

7.4. SÍNTESE | MOÇAMBIQUE

1. ONG, universidades e redes comunitárias podem preencher, parcialmente, vazios de política estatal, inovando em metodologias de literacia, criando materiais relevantes culturalmente e estabelecendo ambientes de leitura.
2. A incorporação de línguas locais em materiais de leitura aumenta dramaticamente a pertinência pedagógica, relevância cultural e acessibilidade a leitores.
3. Sem enquadramento político e orçamental formal, o impacto tende a ser localizado, frágil e dependente de financiamento de curto prazo, limitando escalabilidade e sustentabilidade.

4. A articulação entre ONG, comunidades, escolas e autoridades locais é chave para melhorar efetividade e viabilidade das iniciativas.

5. A necessidade urgente de atualizar a política cultural nacional e formular uma estratégia específica para livro e leitura que reconheça e reforce o trabalho de ONG enquanto parceiras estratégicas.

8. Guiné-Bissau

8.1 DIAGNÓSTICO DO QUADRO ATUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A Guiné-Bissau apresenta um dos quadros mais frágeis no domínio das políticas públicas específicas do livro e da leitura entre os PALOP. Não existe, até ao momento, uma política nacional do livro e da leitura formalmente definida, nem um plano nacional de leitura autónomo. A leitura surge sobretudo integrada em documentos mais amplos de política educativa, nomeadamente no Plano Nacional de Ação Educação para Todos (PNA-EPT), onde a literacia é reconhecida como condição essencial para o sucesso escolar e para a permanência no sistema educativo (UNESCO–IIEP, 2003).

Esta integração indireta da leitura em políticas educativas gerais, embora relevante, tem limitações claras: ausência de objetivos específicos para o livro e a literatura, inexistência de metas mensuráveis, fraca articulação entre educação, cultura e bibliotecas, e inexistência de mecanismos de financiamento dedicados. A literatura académica sobre políticas culturais na Guiné-Bissau identifica estas fragilidades como estruturais, associando-as à instabilidade institucional, à escassez de recursos financeiros e à limitada capacidade administrativa do Estado (Correia, 2024).

8.1.1. Ausência de Política Formal do Livro e da Leitura

A infraestrutura pública de bibliotecas na Guiné-Bissau é reduzida e enfrenta constrangimentos significativos. A Biblioteca Pública Nacional do INEP assume um papel central enquanto instituição de referência para o acesso à informação, apoio à investigação e preservação do património documental nacional (Carvalho, 2025).

Apesar da sua relevância, a Biblioteca do INEP enfrenta limitações estruturais persistentes, no-

meadamente escassez de recursos humanos especializados, acervos desatualizados, limitações de equipamento e fraca capacidade de extensão territorial (Carvalho, 2025; Correia, 2024).

Para além da biblioteca nacional, existem bibliotecas comunitárias e escolares criadas sobretudo no âmbito de projetos de ONG, universidades e programas de cooperação internacional. Estas estruturas constituem pontos de acesso ao livro para crianças e jovens fora da capital, ainda que a sua sustentabilidade dependa fortemente de financiamento externo e de iniciativas pontuais, sem integração formal numa estratégia nacional de bibliotecas (Correia, 2024).

A inexistência de bibliotecas enquanto infraestruturas e serviços de apoio à leitura implica que o acesso ao livro se faça, predominantemente, através da escola e do manual escolar, reforçando a dependência do sistema educativo formal e reduzindo as oportunidades de contacto com outros tipos de textos. No caso da Guiné-Bissau, esta lacuna contribui para a fragilidade das práticas de leitura fora do contexto escolar e para a inexistência de políticas sistemáticas de promoção da leitura junto da população em geral.

O acesso ao livro aparece, assim, condicionado por projetos, programas e apoios internacionais, o que levanta questões de sustentabilidade a médio e longo prazo. Para além disso, a ausência de referências a outros tipos de livros — literatura infantil, juvenil ou para adultos — indica uma oferta limitada e pouco diversificada, centrada nas necessidades imediatas do sistema educativo formal.

A Guiné-Bissau apresenta assim um quadro institucional e documental significativamente mais frágil no que concerne a políticas públicas do livro e da leitura. Estudos sobre políticas culturais no país evidenciam:

- Inexistência de um documento formal de política nacional do livro e da leitura que articule produção editorial, distribuição, bibliotecas e promoção de leitura.
- Falta de um plano nacional de leitura estruturado, com metas, indicadores e orçamento dedicado.
- Lacunas significativas em instrumentos normativos (decretos, resoluções, portarias) que regulem e incentivem o setor editorial e de leitura.
- A ausência de estratégias explícitas para a produção e disponibilização de materiais de leitura em línguas nacionais constitui um desafio adicional

à promoção da leitura e à equidade no acesso ao livro, especialmente nos contextos rurais e entre populações com menor escolarização.

Num contexto de fraca institucionalização de políticas públicas, a sociedade civil desempenha um papel estruturante na promoção do livro, da leitura e da literatura infantojuvenil na Guiné-Bissau (UNESCO, 2023; ADEA, 2021).

Entre as iniciativas com documentação institucional sólida, destaca-se o trabalho desenvolvido pela FEC – Fundação Fé e Cooperação através do projeto “Jovens Leitores” (2024–2026). A documentação pública do projeto evidencia objetivos claros de promoção da leitura e da literatura infantojuvenil, formação de educadores e mediadores de leitura, produção de materiais pedagógicos e articulação com redes educativas locais (FEC, 2024–2026; FEC, 2025).

A existência de materiais estruturados, como o Guião de Exploração Literária, permite considerar esta iniciativa como experiência documentada de impacto qualitativo, ainda que sem dados quantitativos sistemáticos de alcance nacional (FEC, 2025).

Complementarmente, o Camões, I.P., através do Centro Cultural Português em Bissau, desenvolve ações de promoção da leitura e atividades culturais que contribuem para a formação de públicos leitores (Camões, I.P., 2024).

O programa PROCULTURA e o projeto “Ilhas e Encantamentos” promovem reflexão e circulação de literatura infantojuvenil no espaço CPLP, incluindo a Guiné-Bissau (Camões, I.P., 2024).

A análise confirma que o principal desafio não reside na inexistência de iniciativas, mas na ausência de uma política pública integradora capaz de articular, reconhecer e escalar práticas existentes (ADEA, 2021; Global Book Alliance, 2024).

Uma política do livro e da leitura para a Guiné-Bissau deverá reconhecer formalmente bibliotecas comunitárias e ONG como parceiras estratégicas; articular educação e cultura numa governação leve; iniciar-se com medidas de baixo custo e elevada viabilidade (bibliotecas escolares mínimas, kits de leitura por turma, formação breve de mediadores); integrar a literatura infantojuvenil como eixo central; e desenvolver progressivamente recolha de dados e monitorização (ADEA, 2021; UNESCO, 2023; Global Book Alliance, 2024).

8.1.2. Constrangimentos Institucionais e Financeiros

Os constrangimentos estruturais à formulação e implementação de políticas públicas na Guiné-Bissau incluem:

- 1. Limitações de capacidade institucional:** Os ministérios de Educação e Cultura carecem frequentemente de recursos humanos especializados em formulação de políticas, investigação e monitorização.
- 2. Financiamento público reduzido:** Orçamentos públicos para educação e cultura são limitados, frequentemente dependentes de donativos externos e com grande variabilidade anual, dificultando planeamento a médio prazo.
- 3. Instabilidade política e institucional:** A Guiné-Bissau tem enfrentado períodos de instabilidade política que afetam continuidade de políticas, financiamento e coordenação interministerial[12].
- 4. Fraca articulação interministerial:** Comunicação e coordenação entre Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Biblioteca Nacional (quando existente) e outras instituições é limitada.

8.3. PROJETOS RECENTES PARA MELHORAR ALFABETIZAÇÃO

Vários projetos recentes na Guiné-Bissau atuam direta ou indiretamente na melhoria da alfabetização, combinando reforma curricular, novos materiais, criação de escolas e programas de literacia de jovens e adultos.

8.3.1 Reforma do Ensino Básico e Novos Manuais

- Está em curso uma reforma do ensino primário, com introdução de novos currículos, manuais para alunos e guias para professores, visando melhorar as aprendizagens básicas de leitura, escrita e matemática.
- A primeira fase, centrada do 1.º ao 4.º ano, inclui distribuição de manuais escolares e guias pedagógicos, com financiamento de UNICEF e Banco Mundial, cofinanciamento da Fundação Calouste Gulbenkian e apoio técnico da Universidade do Minho.
- O objetivo explícito é melhorar resultados de literacia e numeracia no 1.º ciclo, aumentando a qualidade do ensino e reduzindo reprovações e abandono.

8.3.2 Projeto “Quality Education for All” (Banco Mundial e parceiros)

- O projeto Quality Education for All visa enfrentar os principais desafios do ensino primário, incluindo baixos níveis de aprendizagem e fraca qualidade da oferta.
- Prevê beneficiar mais de 73 000 alunos do ensino primário e formar cerca de 4 000 professores, diretores, inspetores e outros profissionais escolares até 2024.
- As ações incluem formação docente, reforço da gestão escolar e melhoria das condições de ensino, com impacto direto na aquisição de competências básicas de leitura e escrita.

8.4. POTENCIALIDADES E CAPITAIS SOCIAIS EXISTENTES

Apesar do quadro formal frágil, a Guiné-Bissau dispõe de capitais sociais e humanos que podem ser potenciados numa Estratégia Nacional do Livro e da Leitura:

1. Tradição literária e cultural: A existência de autores, oradores, contadores de histórias e uma tradição oral rica constitui capital cultural importante.
2. Contexto bilingue favorável: A presença simultânea de português e crioulo (e outras línguas nacionais) oferece oportunidade única para políticas linguísticas integradas que valorizem multilinguismo.
3. Comunidades motivadas: Apesar de limitações, existem professores, bibliotecários, associações e ONG empenhadas em promover leitura e literacia.
4. Posição na rede CPLP e internacional: A Guiné-Bissau pode aceder a redes de cooperação, apoio técnico e financiamento internacional através da CPLP, UNESCO, ADEA e outras plataformas.
5. Experiências de vizinhos: As políticas e iniciativas de Angola, Moçambique e Cabo Verde oferecem exemplos de que aprender e adaptar localmente.

8.5. LACUNAS CRÍTICAS E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

8.5.1 Lacunas Identificadas

1. Ausência de diagnóstico nacional sistemático: Não existe levantamento claro de necessidades de leitura, atores existentes, infraestruturas disponíveis e capacidades humanas.

2. Falta de estratégia nacional integrada: O livro e a leitura não estão posicionados como eixos estratégicos de educação, cultura e desenvolvimento humano.

3. Inadequação de infraestruturas: Bibliotecas escolares e públicas são insuficientes, com acervos desatualizados e recursos limitados.

4. Escassez de materiais apropriados: Faltam livros e materiais de leitura em crioulo e em português, adequados a diferentes idades e níveis de literacia.

5. Limitação de financiamento público: Orçamentos dedicados a livro e leitura são mínimos ou inexistentes.

6. Débil articulação interinstitucional: Escassa comunicação entre Educação, Cultura, Biblioteca Nacional (se existe), escolas e ONG.

8.5.2 Recomendações Preliminares

As recomendações detalhadas constam da Secção 11, mas preliminarmente recomenda-se[1]:

1. Lançar um diagnóstico nacional participativo que mapeie necessidades, atores, infraestruturas e capacidades.
2. Formular uma Estratégia Nacional do Livro e da Leitura, fundamentada nesse diagnóstico, com visão de 5-10 anos.
3. Estabelecer um mecanismo de governança que coordene múltiplos ministérios, instituições e parceiros.
4. Reconhecer e potenciar o papel de ONG e iniciativas comunitárias como parceiras estratégicas.
5. Integrar políticas linguísticas e educativas, priorizando material em crioulo e português.
6. Buscar cofinanciamento nacional e internacional para implementação faseada.

9. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe

9.1 CABO VERDE: DIVERSIDADE LINGUÍSTICA COMO RECURSO ESTRATÉGICO

9.1.1 Contexto Linguístico e Cultural

Cabo Verde evidencia compromisso com a promoção da leitura associado à valorização da diversidade linguística e cultural. A literatura académica sublinha o papel das línguas crioulas na mediação cultural e na construção de identidades leitoras (Abdula, 2017).

Embora não exista um plano nacional de leitura amplamente divulgado em moldes comparáveis ao de Angola, observam-se práticas educativas e culturais regulares de promoção da leitura; em contextos de menor escala territorial, a consistência das práticas pode compensar a ausência de instrumentos de grande escala, desde que exista continuidade institucional (UNESCO, 2023).

Caracteriza-se por um contexto bilingue e pluricultural em que português é a língua oficial, enquanto o crioulo cabo-verdiano é a língua primeira de comunicação cotidiana[13]. Este contexto oferece oportunidades únicas para políticas de livro e leitura que valorizam simultaneamente:

- A integração do português como língua de escolarização e acesso a conhecimento científico internacional.
- A valorização do crioulo como língua de identidade, expressão cultural e literatura.

9.1.2 Políticas de Diversidade Linguística

Embora Cabo Verde não possua um plano nacional de leitura formalizado à semelhança de Angola, regista-se um compromisso consistente com a promoção da leitura e da literatura associado à valorização da diversidade linguística. Isto manifesta-se em:

- Políticas educativas que reconhecem plurilinguismo: Os currículos escolares cabo-verdianos incluem tanto português como crioulo, ainda que com pesos variáveis segundo o nível de escolaridade.
- Produção literária em crioulo: Existe uma tradição significativa de literatura infantil, poesia e prosa em crioulo cabo-verdiano, incluindo autores como Arménio Vieira e Pedro Lopes Cardoso.

- Reconhecimento cultural de identidades plurais: Políticas culturais enfatizam a importância da literatura e língua locais para construção de identidade nacional e pertença comunitária.

9.1.3. Síntese | Cabo Verde

1. A valorização simultânea de línguas oficial e nacional não é contraditória; pelo contrário, contribui para fortalecer tanto acesso a conhecimento internacional como enraizamento cultural.
2. Políticas linguísticas integradas em currículo escolar facilitam produção de materiais relevantes culturalmente e aumentam motivação para leitura.
3. Ausência de plano formalizado não impede existência de práticas de promoção de leitura; contudo, formalização aumentaria visibilidade e recursos.

9.2. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: PLANO NACIONAL DE LEITURA IMPLEMENTADO

São Tomé e Príncipe implementa um Plano Nacional de Leitura no âmbito da Escola Portuguesa — Centro de Ensino e da Língua Portuguesa[14]. Embora ancorado numa instituição educativa específica (em vez de constituir uma política nacional transversal), o plano representa esforço importante de formalização. O Plano inclui atividades como:

- Concurso Nacional de Leitura: Competição anual que estimula gosto pela leitura, envolvendo estudantes de diferentes escolas.
- “Ortografiadas”: Atividades de escrita criativa, jogos linguísticos e concursos de ortografia que reforçam competências de escrita e expressão.
- Horas de leitura orientada: Blocos regulares em escolas dedicados a leitura orientada e discussão de obras literárias.
- Aproximação a autores: Encontros com escritores e intelectuais que estimulam interesse por literatura.

Os objetivos explícitos do plano incluem:

- Estimular o gosto pela leitura e desenvolvimento de hábitos leitores.
- Reforçar competências linguísticas, especialmente escrita e expressão.
- Aproximar estudantes de obras literárias em língua portuguesa, fomentando apreciação estética e crítica.
- Contribuir para formação de leitores competentes e desenvolvimento de cidadania.

Aprendizagens principais:

1. Um plano estruturado, com atividades regulares e metas claras, consegue criar dinamismo e cultura leitora, ainda que ancorado numa instituição específica.
2. A articulação entre atividades escolares e promoção de leitura gera engajamento comunitário (famílias, autores, comunicação social).
3. Modelos como este podem servir de núcleo de expansão para um futuro plano nacional, desde que articulados com políticas educativas e culturais mais amplas.

10. Análise Comparativa e Tendências Regionais

Apesar da heterogeneidade, os PALOP evidenciam três tendências regionais estruturais comuns:

A maioria dos países carece de infraestruturas robustas e integradas para impressão, distribuição e venda de livros.

Manifestações:

- Número limitado de editoras com capacidade de produção contínua e qualidade.
- Fraca rede de livrarias e pontos de venda, concentrados em capitais.
- Infraestruturas logísticas inadequadas para distribuição a zonas rurais.
- Custos elevados de produção (impressão, distribuição, armazenamento), resultando em preços finais inacessíveis.
- Forte dependência de importações, especialmente de livros em língua portuguesa.

Implicações:

- Acesso público ao livro é limitado, especialmente para populações de baixa renda e em zonas rurais.
- Inovação editorial é estrangulada.

- Autores locais têm dificuldade em publicar e disseminar suas obras.

O acesso ao livro e a iniciativas de promoção de leitura concentra-se em grandes centros urbanos, com escassez significativa em zonas rurais, periferias e regiões remotas[[2].

Manifestações:

- Bibliotecas (escolares e públicas) localizam-se primordialmente em capitais e cidades maiores.
- Livrarias comerciais existem apenas em centros urbanos principais.
- Iniciativas de promoção de leitura (clubes, concursos, atividades) tendem a concentrar-se em escolas urbanas.
- Comunidades rurais têm acesso muito limitado a materiais de leitura.

Implicações:

- Perpetuação de desigualdades educacionais entre zonas urbanas e rurais.
- Exclusão de populações rurais de benefícios de políticas de promoção de leitura.
- Reforço de disparidades de acesso ao conhecimento.

Muitos programas de literacia, criação de bibliotecas e iniciativas de promoção de leitura dependem significativamente de financiamento de doadores internacionais, organizações multilaterais e ONG [6][8].

Manifestações:

- Projetos são frequentemente aprovados por 2-5 anos, dependentes de renovação de financiamento.
- Escassos orçamentos públicos dedicados a livro e leitura.
- Necessidade de demonstração de resultados de curto prazo para renovação de fundos.
- Falta de apropriação institucional, resultando em descontinuidade quando projetos terminam.

Implicações:

- Vulnerabilidade de programas a variações em prioridades de doadores.
- Dificuldade de planeamento de longo prazo e estruturação de sistemas sustentáveis.
- Necessidade permanente de renegociação de financiamento.

Das experiências descritas, identifica-se que o fortalecimento do setor do livro e da leitura depende de:

1. Políticas linguísticas que valorizem línguas locais e favoreçam produção endógena: Investimento em materiais em línguas nacionais aumenta relevância cultural, acessibilidade e motivação para leitura [5][9].
2. Planos de leitura articulados com currículos escolares e redes de bibliotecas: Leitura não deve ser isolada, mas integrada em estratégias educativas de qualidade, suportada por infraestruturas de acesso [6][10][14].
3. Financiamento estável e multifontes: Combinação de orçamento público, parcerias público-privadas, cooperação internacional e mobilização de recursos comunitários oferece base mais resiliente [6].
4. Reconhecimento formal e apoio estratégico ao papel de ONG: Ao invés de ver ONG como substitutas do Estado, reconhecê-las como parceiras estratégicas, com financiamento de médio prazo e espaço para inovação, aumenta sustentabilidade [8][9].
5. Integração das agendas nacionais com recomendações de organismos como UNESCO, ADEA e redes de educação: Alinhamento com marcos internacionais facilita acesso a know-how técnico e financiamento [3][6].
6. Formação contínua de mediadores de leitura: Investimento em capacitação de professores, bibliotecários, facilitadores comunitários é essencial para qualidade e efetividade [6][10].
7. Sistemas robustos de monitorização e avaliação: Dados sobre leitores, frequência de bibliotecas, níveis de literacia, impacto de programas são críticos para aprendizagem e defesa de investimento [6].

11. Impactos e Aprendizagens Transversais

11.1. IMPACTOS DOCUMENTADOS DE POLÍTICAS E INICIATIVAS

As análises realizadas permitem identificar os seguintes impactos documentados ou reportados:

Onde políticas de leitura foram implementadas com consistência, observa-se:

- Melhoria de competências de leitura: Programas documentam melhoria mensurável em capacidade de leitura e compreensão entre crianças[7][9].
- Reforço de competências linguísticas gerais: Práticas regulares de leitura contribuem para vocabulário, expressão escrita e pensamento crítico[6][14].
- Aumento de gosto e motivação pela leitura: Programas com componentes lúdicas, materiais relevantes culturalmente e mediadores formados conseguem aumentar engajamento[8][10][14].
- Valorização de línguas e identidades locais: Quando materiais de leitura incorporam línguas e narrativas locais, há reforço de pertença cultural[9][13].
- Fortalecimento de coesão social: Atividades comunitárias de leitura criam espaços de encontro e troca[8][10][14].
- Empoderamento de mulheres e minorias: Programas focados em acesso equitativo contribuem para maior participação de raparigas e grupos marginalizados[6][8].
- Criação de emprego e microempresas: Investimentos em bibliotecas, mediação, pequenas editoras geram oportunidades de emprego.
- Estímulo a economia criativa: Políticas que apoiam autores locais e produção editorial contribuem para desenvolvimento de setor criativo [11].

11.2. FATORES DE SUCESSO IDENTIFICADOS

Políticas de livro e leitura são mais provavelmente bem-sucedidas quando:

1. Existem declarações políticas claras de autoridades nacionais que aumentam visibilidade e facilitam mobilização de recursos.

2. A leitura é integrada numa visão mais ampla de educação de qualidade, não como componente isolada.
3. Há articulação clara entre atores: governos, escolas, bibliotecas, ONG, editoras e comunidades, com papéis definidos.
4. Financiamento é diversificado e sustentado: combinação de orçamento público, cooperação internacional, setor privado.
5. Infraestruturas (bibliotecas, espaços) são construídas e mantidas com intencionalidade, acompanhadas de acervos e mediadores formados.
6. Há investimento em capacitação de mediadores: formação contínua de professores, bibliotecários é crítica.
7. Políticas linguísticas valorizam o multilinguismo, promovendo materiais em línguas locais.
8. Há monitorização sistemática e aprendizagem adaptativa: dados sobre progresso e ajuste de estratégias aumentam efetividade.

11.3. CONSTRANGIMENTOS COMUNS

Desafios que frequentemente limitam sucesso:

1. Fragmentação de esforços: Na ausência de coordenação central, iniciativas funcionam isoladamente.
2. Dependência exclusiva de financiamento externo: Reduz apropriação local e gera descontinuidade.
3. Fraca articulação entre educação e cultura: Políticas tendem a ser siloed.
4. Capacidades técnicas limitadas: Ausência de especialistas em formulação de política.
5. Desigualdade territorial não-endereçada: Quando políticas concentram benefícios em capitais, perpetuam exclusão.
6. Falta de transparência: Ausência de relatórios públicos compromete confiança.
7. Pouca integração com tecnologia: Digital divide limita oportunidades.

12. Recomendações Estruturadas para Guiné-Bissau

12.1. DIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTO DE INICIATIVAS (FASE INICIAL)

Antes da implementação plena da estratégia, é fundamental consolidar o conhecimento sobre o terreno. Esta fase foca-se na documentação de iniciativas existentes para potenciar recursos já em curso.

- Levantamento Sistemático: Identificação detalhada de projetos de promoção da leitura ativos no país.
- Oficinas de Diálogo: Organização de encontros regionais para auscultação de agentes locais.
- Iniciativas do Livro e Leitura: Publicação de um documento compilado que servirá como base de informação estratégica.

12.2. ESTRATÉGIA NACIONAL DO LIVRO E DA LEITURA (ENLL) - HORIZONTE 2032

A ENLL define o caminho para os próximos 5 anos, com uma visão de longo prazo para a sociedade guineense.

12.2.1. Visão Estratégica

“A Guiné-Bissau em 2032: uma sociedade onde o livro e a leitura são direitos fundamentais e instrumentos de desenvolvimento educacional, cultural e cívico, com acesso equitativo em português e crioulo.”

12.2.2. Objetivos Gerais

- Educacional: Garantir competências de leitura de qualidade a todas as crianças.
- Cultural: Fortalecer a identidade e a expressão literária através das línguas locais.
- Social: Promover a coesão social e a salvaguarda dos direitos humanos.
- Económico: Estimular a economia criativa e a geração de emprego no setor editorial.

12.3. EIXOS ESTRATÉGICOS E METAS

A ESTRATÉGIA ORGANIZA-SE EM SEIS EIXOS PRIORITÁRIOS PARA GARANTIR UMA ABORDAGEM SISTÊMICA:

EIXO 1: EDUCAÇÃO E LEITURA ESCOLA

Bibliotecas funcionais em todas as escolas; integração da leitura nos currículos; avaliação anual de literacia.

EIXO 2: LÍNGUAS E PRODUÇÃO EDITORIAL

Promoção de materiais em português e crioulo; apoio direto a autores locais e micro-editoras.

EIXO 3: BIBLIOTECAS E PROXIMIDADE

Cobertura de 80% das escolas e 50% dos bairros com redes de bibliotecas físicas e digitais.

EIXO 4: CAPACITAÇÃO DE MEDIADORES

Especialização em mediação de leitura na formação inicial e contínua de professores.

EIXO 5: INCLUSÃO E EQUIDADE

Materiais acessíveis (Braille, áudio) e garantia de igualdade de acesso entre géneros e grupos vulneráveis.

EIXO 6: GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE

Coordenação interministerial; aumento progressivo do orçamento nacional; relatórios públicos anuais.



12.4. PROGRAMAS DE IMPLEMENTAÇÃO (12-36 MESES)

12.4.1. Programa Nacional de Formação de Mediadores

- Focado na capacitação técnica de quem está na linha da frente da promoção da leitura.
- Formação Inicial: Módulo de 40-60h nos currículos de pedagogia.
- Formação Contínua: Workshops anuais para 20% do professorado em exercício.
- Especialização: Programas dedicados a bibliotecários (80-100h) e facilitadores comunitários (30-40h).
- Parcerias: Universidade da Guiné-Bissau e cooperação internacional (ex: universidades portuguesas).

12.4.2. Investimento em Infraestruturas de Leitura

Implementação faseada de uma rede de bibliotecas escolares e comunitárias.

1. Fase Piloto (Ano 1): Diagnóstico e seleção de 20-30 escolas de referência.
2. Fase de Equipamento (Anos 2-3): Dotação de acervos bilingues (500-2000 títulos), mobiliário e pessoal qualificado.
3. Expansão Comunitária: Parcerias com ONGs para bibliotecas de bairro com foco em animação cultural.

12.4.3. Dinamização do Ecosistema Editorial e Autoria

Fortalecimento da cadeia de valor do livro, desde a criação até à distribuição.

- Apoio à Criação: Bolsas para autores de literatura infantojuvenil e concursos literários nacionais.
- Estímulo à Produção: Isenções fiscais e linhas de crédito para micro-editoras; criação de centros de impressão regional.
- Distribuição e Difusão: Feiras do livro anuais em todas as capitais regionais e circuitos de compras públicas para escolas.

13. Conclusões

O PRESENTE LEVANTAMENTO PERMITE CONCLUIR:

- 1. Heterogeneidade de situações:** Os países apresentam grande diversidade, desde Angola (com política formal) até Guiné-Bissau (ausência de instrumentos específicos).
- 2. Importância estratégica é reconhecida:** Mesmo com políticas débeis, há reconhecimento de centralidade do livro para educação e desenvolvimento.
- 3. Tendências regionais comuns:** Fragilidade de cadeias, desigualdade territorial, dependência de financiamento externo.
- 4. Papel crucial de ONG:** Onde o Estado é fraco, ONG e comunidades funcionam como atores essenciais.
- 5. Múltiplos atores podem contribuir:** Não há modelo único; sucesso depende de articulação.
- 6. Aprendizagens transferíveis:** Experiências dos PALOP oferecem lições para Guiné-Bissau.

O RELATÓRIO FORNECE ARGUMENTOS FUNDAMENTADOS PARA POSICIONAR O LIVRO E A LEITURA COMO INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS:

- 1. Educação de qualidade:** Leitura diversificada desenvolve competências transversais críticas.
- 2. Cidadania e direitos humanos:** Acesso a informação e pensamento crítico são reforçados.
- 3. Identidade cultural:** Literatura em línguas locais reforça identidades e coesão social.

4. Economia criativa: A cadeia do livro emprega múltiplos atores.

5. Inclusão digital: Livro impresso é essencial para populações com acesso limitado à internet.

RECOMENDA-SE QUE A GUINÉ-BISSAU:

- 1. Reconheça oficialmente a importância estratégica do livro e da leitura.**
- 2. Lance imediatamente um diagnóstico nacional participativo.**
- 3. Formule uma Estratégia Nacional do Livro e da Leitura (horizonte 5-10 anos).**
- 4. Estabeleça um mecanismo permanente de coordenação interministerial.**
- 5. Reconheça e potencialize iniciativas existentes de ONG, autores e comunidades.**
- 6. Integre políticas linguísticas que valorizem português e crioulo.**
- 7. Busque parcerias internacionais (UNESCO, ADEA, CPLP, agências bilaterais).**
- 8. Inicie ações rápidas de impacto que gerem visibilidade e motivam stakeholders.**
- 9. Estabeleça sistemas de monitorização que permitam aprendizagem contínua.**
- 10. Comunique publicamente o compromisso com livro e leitura.**

14. PERSPETIVAS FUTURAS

- Transformar realidades educacionais, através de competências de leitura robustas.
- Fortalecer identidades culturais, valorizando línguas e narrativas locais.
- Estimular economia criativa, com oportunidades para autores e profissionais.
- Contribuir para ODS 4, educação de qualidade.
- Posicionar a Guiné-Bissau como líder regional em políticas de livro e leitura.

A implementação das recomendações aqui apresentadas, começando imediatamente com o diagnóstico nacional, colocaria a Guiné-Bissau no caminho de um futuro onde o livro e a leitura são direitos universais, práticas comuns, e vetores de desenvolvimento humano e social.



Anexo A

Modelo de diagnóstico nacional do livro e leitura (Guiné-Bissau)

OBJETIVO: PRODUZIR, EM 8–12 SEMANAS, UM DIAGNÓSTICO SUFICIENTE PARA ORIENTAR UMA POLÍTICA FASEADA, SEGUINDO BOAS PRÁTICAS DO TOOLKIT ADEA (ADEA, 2021).

A1. QUESTÕES DE DIAGNÓSTICO (MÍNIMAS E ACIONÁVEIS)

Acesso e disponibilidade

- Quantas bibliotecas públicas, escolares e comunitárias existem por região?
- Qual o estado do acervo (quantidade aproximada; adequação por faixa etária; literatura infantojuvenil; leitura fácil)?
- Existem circuitos de circulação do livro (feiras, clubes, pontos de venda)?

Escola e práticas de leitura

- Existe tempo protegido para leitura? Que práticas regulares existem?
- Quem faz mediação (professores, bibliotecários, voluntários) e com que formação?

Cadeia do livro

- Existência de editoras/impressão local; custos e gargalos.
- Qualidade e adequação de compras/doações de livros.

Línguas e pertinência cultural

- Línguas efetivamente usadas na literacia inicial.
- Disponibilidade de materiais em línguas nacionais/bilingues.

Governança e financiamento

- Mandatos institucionais (Educação, Cultura, INEP, municípios).
- Fontes de financiamento (Estado, parceiros, ONG) e continuidade.

Iniciativas e parceiros

- Inventário de projetos (ex.: FEC – Jovens Leitores; Camões/PROCULTURA).
- Resultados reportados (formação, participantes, materiais produzidos).

A2. Metodologia (4 fases)

1. Fase 1 (Semanas 1–2): desk review e mapeamento inicial.

2. Fase 2 (Semanas 3–6): recolha rápida no terreno em 2–3 regiões-piloto.

3. Fase 3 (Semanas 7–9): validação com stakeholders.

4. Fase 4 (Semanas 10–12): relatório final + plano faseado + orçamento indicativo.

B3. Produtos do diagnóstico: mapa de bibliotecas e iniciativas; lacunas e prioridades por região; proposta de governança; pacote mínimo de ações para 12 meses.

Anexo B

Indicadores de monitorização (inspirados ADEA/UNESCO)

OBJETIVO: MONITORIZAR PROGRESSO COM POUCOS INDICADORES, DE BAIXO CUSTO, MAS COM UTILIDADE PARA GESTÃO E POLÍTICA PÚBLICA (ADEA, 2021; UNESCO, 2023).

Acesso e oferta

- N.º de escolas com rotina semanal de leitura.
- N.º de turmas com kit de leitura.
- N.º de bibliotecas ativas por região.
- N.º de mediadores formados (e horas de formação).

Uso

- N.º de atividades/sessões de leitura por mês.
- Utilização de bibliotecas (visitas/empréstimos) onde for possível.

Qualidade e relevância

- Adequação do acervo por faixa etária (amostra).
- N.º de títulos em línguas nacionais/bilingues.

Resultados (quando viável)

- Progresso em competências de leitura em amostra anual.
- Indicadores escolares associados (assiduidade/transição/retenção) com cautela causal.

Sustentabilidade

- Existência de linha orçamental anual.
- N.º de parcerias formalizadas.

Referências

- [2] UNESCO, "The African Book Industry: Trends, Challenges and Opportunities for Growth", 2023.
- [3] ADEA, "National Book and Reading Policies in Africa: Toolkit", Knowledge Hub, 2021. <https://old.adeanet.org/fr/publications/toolkit-guide-formulation-implementation-national-book-reading-policies-africa>
- [4] COMUM RCAAP, "Cooperação entre Portugal e PALOP: Programas de Educação e Cultura", 2024.
- [5] Ministério da Cultura / Biblioteca Nacional de Angola, "Política Nacional do Livro e da Promoção da Leitura", 2024.
- [6] Ministério da Educação de Angola, "Plano Nacional de Leitura 2024-2027 (PLANALEITURA)", 2024.
- [7] Teaching at the Right Level Africa, "Angola - Literacy Support Programmes", 2025.
- [8] Right To Play, "Building a Foundation for Literacy in Mozambique", 2024.
- [9] CODE / Associação Progresso, "BETTER Mozambique: Improving Reading and Literacy Outcomes", 2025.
- [10] AIDGLOBAL, "Viagens pela Leitura no Chibuto - Comunidades de Leitura em Moçambique", 2023.
- [11] UNESCO PLANIPOLIS, "Plano Nacional de Ação Educação para Todos (Guiné-Bissau)", 2024. <https://planipolis.iiep.unesco.org/en/2003/plano-nacional-de-ac%C3%A7%C3%A3o-educa%C3%A7%C3%A3o-para-todos-versao-validada-3657>
- [12] Correia, Nilton Carlos, "Política Cultural na Guiné-Bissau: Diagnóstico e Perspectivas", Dissertação de Mestrado, ISCTE-IUL, 2024.
- [13] ResearchGate, "Promoção da Leitura em Cabo Verde: Políticas Linguísticas e Desenvolvimento Cultural", 2024.
- [14] Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe, "Plano Nacional de Leitura: Atividades e Iniciativas", 2024.
- Abdula, R. A. M. (2017). As políticas linguísticas nos PALOP e o desenvolvimento endógeno. Revista Internacional em Língua Portuguesa (RILP), (31). <https://www.rilp-aulp.org/index.php/rilp/article/view/RILP2017.31.1>

ADEA – Association for the Development of Education in Africa. (2021). National book and reading policies toolkit: A guide for the formulation and implementation of national book and reading policies in Africa. ADEA. https://www.adeanet.org/sites/default/files/nbrp_toolkit.pdf

AIDGLOBAL. (2023). Viagens pela leitura no Chibuto – Comunidades de leitura em Moçambique. <https://aidglobal.org/viagens-pela-leitura-no-chibuto/>

Biblioteca Nacional de Angola. (2024). Política nacional do livro e da promoção da leitura. Ministério da Cultura. <https://www.bibliotecanacional.ao/wp-content/uploads/2024/06/Politica-Nacional-do-Livro-e-da-Promocao-da-Leitura.pdf>

Camões, I. P. (2024, novembro 25). PROCULTURA: Projeto "Ilhas e Encantamentos" realizou sessão de diálogo dedicada ao tema "Literatura Infantojuvenil no Espaço CPLP". <https://www.instituto-camoes.pt/sobre/comunicacao/noticias/portugal-procultura-projeto-ilhas-e-encantamentos-realizou-sessao-de-dialogo-dedicado-ao-tema-literatura-infantojuvenil-no-espaco-cplp>

Carvalho, W. M. de. (2025). A importância da Biblioteca Pública Nacional do INEP no desenvolvimento científico e cultural da Guiné-Bissau. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistarbu/article/view/62862>

CODE. (2025). BETTER Mozambique: Improving reading and literacy outcomes. <https://code.ngo/approach/literacy-programs/better-mozambique/>

- Correia, N. C. (2024). Política cultural na Guiné-Bissau: Diagnóstico e perspectivas (Dissertação de mestrado). ISCTE-IUL. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/34011>
- Democratic Republic of Timor-Leste. (2011). Timor-Leste strategic development plan 2011–2030. <https://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2011/07/Timor-Leste-Strategic-Plan-2011-20301.pdf>
- FEC – Fundação Fé e Cooperação. (2024–2026). Jovens Leitores (Guiné-Bissau). <https://www.fecong.org/project/jovens-leitores/>
- Global Book Alliance. (2024). National book and reading policies toolkit. <https://www.globalbookalliance.org/resources-1/national-book-and-reading-policies-toolkit>
- Governo de Angola. (2024). Consulta pública: Plano Nacional de Leitura 2024–2027 (PLANALEITURA). <https://www.consultapublica.gov.ao/consulta/100014>
- Ministério da Cultura de Moçambique. (1997, junho 10). Resolução n.º 12/97: Política cultural e estratégia de implementação [PDF]. https://mozambiquemuseums.com/images/documentos/Politica_e_Estrategia_Cultural_Resolucao_N12_1997_de_10_Junho_Conselho_de_Ministros.pdf
- Presidência da República de Angola. (2024, novembro 8). Decreto Presidencial n.º 247/24: Aprova o Plano Nacional da Leitura 2024–2027 [PDF]. https://files.lex.ao/presidente-da-republica/2024/decreto-presidencial-n-o-247-24-de-08-de-novembro/download/decreto-presidencial-n-o-247-24-de-08-de-novembro_presidente-da-republica_lex-ao.pdf
- Right To Play. (2024). Building a foundation for literacy in Mozambique. <https://righttoplay.com/en/news/building-a-foundation-for-literacy-in-mozambique/>
- UNESCO. (2022). MONDIACULT 2022: World conference on cultural policies and sustainable development – Final report. UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000395504>
- UNESCO. (2023). The African book industry: Trends, challenges and opportunities for growth. UNESCO. <https://www.unesco.org/en/articles/african-book-industry-trends-challenges-opportunities-growth>
- UNESCO. (2024). Transforming knowledge for Africa’s future. UNESCO. <https://www.unesco.org/en/articles/transforming-knowledge-africas-future-2>
- UNESCO. (n.d.). UNESCO International Literacy Prizes. <https://en.unesco.org/themes/literacy/prizes>
- UNESCO–IIEP. (2003). Guiné-Bissau: Plano Nacional de Ação Educação para Todos (PNA-EPT) [PDF]. Planipolis. https://planipolis.iiep.unesco.org/sites/default/files/ressources/guinea_bissau_pna_ept.pdf

FECFECFECF
FECECFECEC
FECFFECFFE
FECECFECEC

